

**PARECER HOMOLOGADO(\*)**

(\*) Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 11/07/2008



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

<b>INTERESSADA:</b> Escola Algodão Doce		<b>UF:</b> DF
<b>ASSUNTO:</b> Análise da documentação da Escola Algodão Doce, com sede em Minowa-shi, Província de Nagano-Ken, Japão, para fins de emissão de documentação escolar válida no Brasil.		
<b>RELATOR:</b> Antonio Ibañez Ruiz		
<b>PROCESSO N°:</b> 23123.001057/2006-39		
<b>PARECER CNE/CEB N°:</b> 11/2007	<b>COLEGIADO:</b> CEB	<b>APROVADO EM:</b> 19/4/2007

**I – RELATÓRIO**

• **Histórico**

A Escola Algodão Doce, que atende à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental na cidade japonesa de Minowa-shi, Província de Nagano-Ken, encaminha processo de validação dos documentos escolares de seus alunos, para efeito de continuidade de estudos no Brasil.

A legislação pertinente em vigor é a Resolução CNE/CEB n° 2/2004, de 17 de fevereiro, que *define normas para declaração de validade de documentos escolares emitidos por escolas de educação básica que atendem a cidadãos brasileiros residentes no Japão*, que sofreu alteração quando exarada a Resolução CNE/CEB n° 2/2006, de 10 de março, que *altera o artigo 3° e suprime o artigo 10 da Resolução CNE/CEB n° 2/2004*.

A Instituição seguiu os trâmites legais exigidos para a efetividade do processo em questão. Assim, a Embaixada do Brasil no Japão encaminhou ao Ministério da Educação, mais especificamente para sua Assessoria Internacional (AI/MEC), os documentos referentes ao pleito. A AI/MEC encaminhou à Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) toda a documentação para análise e verificação quanto ao atendimento das exigências legais que devem ser cumpridas a fim de que o pedido possa ser atendido.

A SEB/MEC analisou a documentação e emitiu nota técnica julgando necessária a solicitação de documentação complementar. É preciso observar que a análise da SEB/MEC foi realizada tendo como referência a Resolução CNE/CEB n° 2/2004, antes da alteração de seu art. 3°, que, reiteramos, veio a acontecer somente em 10 de março de 2006.

*Após análise do processo e da documentação complementar enviada pela escola, e tendo como referência a Resolução já com o art. 3° alterado, a Assessoria Internacional/ MEC, por meio do MEMO/MEC/GM/AI n° 700/2006, de 21 de novembro de 2006, informou que “a Instituição de ensino interessada atendeu ao exigido pelo Conselho Nacional de Educação com o envio da documentação complementar solicitada pela Secretaria de Educação Básica deste Ministério”.*

O expediente encaminhado à Câmara de Educação Básica pela AI/MEC veio instruído com as grades curriculares da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino

## **PARECER HOMOLOGADO(\*)**

(\*) Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 11/07/2008

Fundamental.

### **• Mérito**

No art. 3º da Resolução CNE/CEB nº 2/2004, conforme redação dada pela Resolução CNE/CEB nº 2/2006, estão especificadas as exigências a serem seguidas para o processo em tela, conforme segue:

*Art. 3º São condições essenciais para que um estabelecimento de ensino possa se adequar às normas da presente Resolução, de forma a poder emitir documentos escolares considerados válidos no Brasil:*

*I – comprovação da legislação do funcionamento da entidade mantenedora perante a autoridade japonesa;*

*II – proposta pedagógica e a correspondente organização curricular;*

*III – regimento escolar;*

*IV – relação de pessoal docente e técnico-administrativo;*

*V – cadastro atualizado dos dirigentes junto à Embaixada Brasileira no Japão;*

*VI – descrição das instalações físicas disponíveis.*

A análise da documentação apresentada permite concluir que a Escola atende ao disposto no artigo citado e, por conseguinte, poderá emitir documentos escolares considerados válidos no Brasil.

## **II – VOTO DO RELATOR**

Nos termos deste Parecer, a Escola Algodão Doce, localizada na cidade de Minowashi, Província de Nagano-Ken, no Japão, poderá emitir documentos escolares considerados válidos no Brasil.

Brasília(DF), 19 de abril de 2007.

Conselheiro Antonio Ibañez Ruiz – Relator

## **III – DECISÃO DA CÂMARA**

A Câmara de Educação Básica aprova por unanimidade o voto do Relator.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 2007.

Conselheira Clélia Brandão Alvarenga Craveiro – Presidente

Conselheira Maria Beatriz Luce – Vice-Presidente